



A diretora jurídica da CNseg, Glauce Carvalho, classificou de histórica a 7ª edição do Seminário Jurídico de Seguros, ao destacar a participação recorde de mulheres nos seus painéis. “Eu destaco que, inicialmente, é uma edição histórica, porque nós tivemos dez mulheres em quatro painéis, a maior participação feminina no Seminário Jurídico desde a sua criação. Isso demonstra a capacidade das mulheres de discutir temas complexos com pertinência, com credibilidade, em lugar de fala. Então, isso é um fato muito marcante nesse Seminário”, afirmou ela.

O legado do evento é aumentar o diálogo entre o setor e o Judiciário. “Acho que essa aproximação é fundamental para proteger o principal objeto dessa cadeia, que é o consumidor de seguros, e para que ele (Judiciário) possa se fazer valer desse material, desses debates, dessas discussões”, declarou ela.

Segundo Glauce, a CNseg tem feito vários movimentos de aproximação do Judiciário. “O Seminário Jurídico é um deles. Então, a continuidade dessas ações reverbera-se partir de publicações, novos eventos, novos debates e participação nos processos. Queremos ser cada vez mais chamados pelo STJ, e ter oportunidade de falar, trazer elementos técnicos, jurídicos, econômicos, sociais, para que possamos representar, plenamente, o setor de seguro”, disse.

No discurso de encerramento do evento, Glauce Carvalho destacou que temas discutidos são de extrema relevância, ocorrendo em um momento mais crucial do setor, tendo em vista que essas discussões de grande impacto se dão em um contexto no qual a sociedade espera respostas eficientes e inovadoras para desafios complexos. “Nos últimos anos, o avanço de novas tecnologias, como o desenvolvimento da inteligência artificial generativa, novas modalidades de relacionamento sociais no trabalho e na família e a intensa necessidade de aplicar-se os princípios de sustentabilidade, inclusão e governança nas atividades empresariais desafiam os institutos jurídicos”, assinalou ela.

O seminário discutiu as fraudes na Saúde Suplementar, que geram perdas bilionárias- em 2022, algo entre R\$ 30 bilhões e R\$ 34 bilhões; o papel dos seguros na atualização/modernização da infraestrutura e soluções para frear os danos causados pelos desastres climáticos. “Este é o momento de integrar a responsabilidade ambiental com segurança jurídica, e os insights apresentados aqui são um passo importante nessa direção”, afirmou.

Outros temas do evento foram um painel dedicado ao Código Civil e os contratos de seguro (“uma oportunidade para reflexão da Reforma do Código Civil- também objeto de tratamento pelo PLC 29/17 (PL 2957/2024”); e os desafios regulatórios que o setor enfrenta, suas tendências e como a

colaboração entre regulador e regulado pode ajudar o desenvolvimento do setor, considerando especialmente os novos entrantes. “É fundamental que haja diálogo e harmonia entre os debates para a promoção de segurança jurídica e eficácia ao contrato de seguros em benefício dos segurados e do desenvolvimento do setor”, finalizou.

[Confira aqui a íntegra do painel](#)

Fonte: CNseg, em 29.10.2024